

DESCAMINHOS NAS MINAS DE CUIABÁ: O CASO DO INTENDENTE MANUEL RODRIGUES TORRES E A COMUNICAÇÃO POLÍTICA IMPERIAL (1736-1746)¹

OLIVEIRA, Maisa Santos de²

RESUMO

O presente projeto de pesquisa busca analisar o estudo de caso da atuação do intendente do ouro da capitania de Mato Grosso e os descaminhos denunciados, através do estudo da trajetória de Manuel Rodrigues Torres, que ocupou esse cargo e o de provedor das minas de Cuiabá de 1736 até o ano de 1740, quando foi preso. Durante a realização de suas funções, Manuel Torres foi acusado pelo ouvidor geral João Gonçalves de Oliveira de confiscar o ouro da Fazenda real e utilizá-lo em benefício pessoal. As fontes documentais foram selecionadas no acervo do Arquivo Histórico Ultramarino, a partir do site do Projeto Resgate -, no conjunto dos documentos *Avulsos* e nos Códices referentes às capitanias -, assim como na consulta do Banco de Dados Circuitos Oceânicos, desenvolvido pelo projeto “Petições coloniais: comunicação política e representação social no Império Português (1736-1807)”. O ponto central será discutir, além da trajetória do indivíduo e das penalidades impostas pelas irregularidades cometidas no cargo, a comunicação imperial e os meios de produção e obtenção de informações sobre os descaminhos na América portuguesa.

Palavras-chave: Intendência, Ouro, Descaminho, Brasil Colonial, Conselho Ultramarino.

INTRODUÇÃO

A historiografia discute como, a partir das reformas administrativas de meados do século XVIII, o surgimento de novas formas de governar, e de novos instrumentos políticos foram impulsionados. Foi nesse contexto que se nomearam novos intendentes para atuarem com o comércio, a agricultura, as fábricas e as obras públicas, ampliando o cargo. De acordo com José Subtil, esses cargos evidenciaram uma nova concepção de poder, - que se manifestava na sua atuação direta no encaminhamento de ações e soluções sobre as questões que lhe competiam, sendo recorrente que, acumulassem mais de um cargo.

Em relação ao cargo de superintendente das Minas, sua criação ocorreu muito antes das medidas reformistas, e foi o “Regimento das Minas do Ouro”, publicado em 1702, que

¹ Projeto de Iniciação Científica financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (processo nº 24/21100-8) sob orientação da professora Dr^a Andréa Slemian.

² Graduanda em História pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Guarulhos - São Paulo. E-mail: maisa.oliveira@unifesp.br.

ampliou os poderes e funções desse ofício no território. Os intendentess e provedores tinham por função administrar e regular a distribuição do ouro, da prata e dos diamantes nas minas da América Portuguesa: além da gerência e fiscalização do ouro. O intendente possuía o dever de lidar com a distribuição de terras, separadas em lotes, para a mineração, cuja quantidade por pessoa dependia da quantidade de escravos. Além disso, era dever desse cargo lidar com possíveis conflitos entre os mineiros, possuindo autoridade para prender ou castigar os acusados de cometerem desordens.

O objetivo de assegurar o monopólio da exploração das minas pela Coroa provocou um grande aumento na atuação de autoridades locais, como os intendentess, de modo a concentrar muitos poderes na administração colonial, principalmente com o acúmulo de cargos e a extensão da sua jurisdição. Assim, permitia-se uma grande independência na atuação dessas autoridades, que utilizavam muitas vezes esse grande poder e autonomia em casos de ilegalidade com o ouro da real captação para favorecimento pessoais. Manuel Rodrigues Torres é nomeado aos cargos e chega às minas de Cuiabá no ano de 1738. A partir daí, queixa-se de diversas atitudes do ouvidor geral da comarca, inclusive acusando-o de incitar uma revolta na vila. O ouvidor João Gonçalves defende-se denunciando o intendente para o governador da capitania de São Paulo, D. Luís Mascarenhas, na época também responsável por administrar o que viria a ser a capitania de Mato Grosso. Após receber as denúncias de que o intendente havia cobrado o ouro da real captação dos moradores, sem remeter à Lisboa, o governador e capitão-general da capitania de São Paulo ordenou uma devassa e processou um sumário de testemunha do caso. O caso teve pareceres emitidos pelo Conselho Ultramarino e pelo procurador da Coroa. Ordenou-se a nomeação de outra pessoa para o cargo, o que significava tirar a residência de Manuel Torres.

Sem ocupar mais o cargo de intendente e provedor, Manuel Rodrigues Torres foi encaminhado a uma prisão em Lisboa, saindo apenas em 1745, por tempo limitado, para curar-se da lepra. É pertinente considerar que, mais do que restituir o ouro contrabandeado, era importante manter o acusado distante do território onde atuava, evitando mais desordens e mantendo a ordem pública, por isso o retorno à Corte. Apesar dessa não ser a regra para todos os casos, já que o acusado poderia ser nomeado a outro cargo em outro território. De maneira efetiva, podemos dizer que a punição do intendente pelo crime de contrabando foi a própria perda do seu cargo.

OBJETIVOS

O ponto central da pesquisa é discutir, além da trajetória do indivíduo e das penalidades impostas pelas irregularidades cometidas no cargo, a comunicação imperial e os meios de produção e obtenção de informações sobre os descaminhos na América portuguesa. Os desdobramentos do caso são relevantes para entender como as informações circulavam e eram tratadas pelas autoridades portuguesas e como os processos de informação se formavam na colônia.

Além disso, o conflito de jurisdição do provedor Manuel Rodrigues Torres com o ouvidor João Gonçalves nos permite pensar como a coroa agia perante a acusação de irregularidades dos oficiais régios, e sua intrínseca ligação com a noção de poder na

monarquia portuguesa, de forma que a administração da justiça também seria construída nessas ações de ganhos pessoais.

METODOLOGIA

O projeto foi construído através das fontes documentais presentes nos fundos Avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino, presente no site do Projeto Resgate. Todas as informações obtidas nas fontes documentais foram processadas e identificadas, em um esforço de chegar às pessoas envolvidas no caso e os vínculos que possuíam. A partir daí, a documentação está sendo investigada de maneira sistemática, realizando uma pesquisa qualitativa, em que todos os documentos são transcritos e indexados em uma tabela. Além disso, toda a trajetória do intendente Manuel Rodrigues Torres está sendo controlada em uma linha do tempo, levando em consideração a catalogação produzida ao banco de dados do projeto: “Circuitos oceânicos: petições e comunicação política da América portuguesa ao Império do Brasil”.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A pesquisa reafirma a relevância que as petições de queixas possuíam no sistema de comunicação do império português, permitindo analisar as denúncias e os interesses envolvidos em ambas as partes de um processo de acusação, bem como as testemunhas e pessoas ouvidas, inclusive em processos que envolviam autoridades locais. As petições de queixa eram um dispositivo que servia a coroa no controle de suas autoridades, a circulação de denúncias era uma forma de vigilância, propiciada pela possibilidade de vários agentes envolvidos recorrerem sempre ao rei para a acusação ou a defesa de outrem.

Da mesma forma, apesar de pouco estudado, o papel dos intendentes foi fundamental nas colônias e revelava que a mineração foi não apenas uma atividade econômica central, mas também um motor para a configuração política e jurídica da Coroa portuguesa no ultramar. Ao regulamentar a extração e circulação de metais e pedras preciosas, a Coroa projetava uma presença ativa e estratégica sobre o território colonial, articulando interesses fiscais, políticos e sociais. Assim, o estudo dessa atividade econômica nos revela as relações construídas através dos interesses da administração local, nesse caso da vila de Cuiabá.

CONSIDERAÇÕES FINAIS/CONCLUSÃO

Muito mais do que um desvio moral, a corrupção tem sido analisada pela historiografia brasileira como um *modus operandi* dentro da sociedade colonial. Muitas vezes, os casos de contrabando e descaminhos eram utilizados como uma forma de alcançar êxito social, o que permite pensar o valor que essas práticas ilegais possuíam na configuração da sociedade colonial. O objetivo de assegurar o monopólio da exploração das minas pela Coroa provocou um grande aumento na atuação de autoridades locais, como os intendentes, de modo a concentrar muitos poderes na administração colonial, principalmente com o acúmulo de cargos e a extensão da sua jurisdição. Assim, permitiase uma grande independência na atuação dessas autoridades, que utilizavam muitas vezes esse grande poder e autonomia em casos de ilegalidade.

As denúncias de casos de descaminhos possuíam diferentes trâmites e finalização das sentenças e eventuais punições, o que leva à uma análise das diversas formas de tratamento dos sujeitos perante a justiça e as lógicas sociais vigentes no Antigo Regime. Além disso, o caso nos permite pensar como a coroa agia perante à acusação de irregularidades dos oficiais régios, e sua intrínseca ligação com a noção de poder na monarquia portuguesa.

O fato do caso de Manuel Rodrigues Torres não ter sido estudado a partir do conjunto da documentação dos Avulsos e dos Códices do Arquivo Histórico Ultramarino faz com que seus desdobramentos se tornem relevantes para entender como as informações circulavam e eram tratadas pelas autoridades portuguesas. A análise de como se dava a produção das informações, a circulação das notícias até as autoridades e ordens envolvidas, foi destacada pela historiografia, o que torna o objetivo desse projeto fundamental para a compreensão dos mecanismos de poder no império português.

REFERÊNCIAS

BRENDECKE, Arndt. **Imperio e información: funciones del saber en el dominio colonial Español**. Madrid/Fráncfort: Iberoamericana/Vervuet Verlag, 2012.

CAMARGO, Angélica Ricci. Intendências do Ouro. 2013. Disponível em: <https://mapa.an.gov.br/index.php/assuntos/15-dicionario/57-dicionario-da-administracaopublica-brasileira-do-periodo-colonial/214-intendencias-do-ouro>.

CAVALCANTE, Paulo. **Negócios de Trapaça: Caminhos e Descaminhos na América Portuguesa (1700-1750)**. 1 ed.. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2006. Estudos Históricos, 59. _____. Nem ministro nem comerciante: O caso de Manuel Rodrigues Torres, Intendente das minas do Cuiabá (1740). In: 'usos do passado' - Encontro Regional de História ANPUH, XII, 2006, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.encontro2016.sp.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Paulo%20Cavalcante.pdf>.

FURTADO, Júnia F. **O livro da capa verde: a vida no distrito diamantino no período da real extração**. São Paulo: Anna Blume, 1996.

ROMEIRO, Adriana. **Corrupção e poder no Brasil: Uma história, séculos XVI a XVIII**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

SUBTIL, José. **O Terramoto Político (1755-1759): Memória e Poder**. (Lisboa: EdiUAL, 2007)